

Aula 10

A LITERATURA INFANTO-JUVENIL E A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO

META

- Apresentar os aspectos da literatura infanto-juvenil e sua relevância para o ensino da leitura e da escrita;
- Demonstrar a importância da literatura infanto-juvenil para a formação do leitor crítico

OBJETIVOS

- Ao final desta aula, o aluno deverá:
 - Caracterizar a literatura infantil como um fenômeno cultural em que formas específicas de linguagem são problematizadas;
 - Reconhecer o lugar da literatura infantil na formação de hábitos de leitura crítica e interpretativa;
- Considerar as potencialidades pedagógicas da literatura infanto-juvenil para a construção da cidadania.

PRÉ-REQUISITOS

- Estudo do texto e de suas potencialidades para o ensino da leitura crítica.

INTRODUÇÃO

Car@ estudante,

Chegamos à última aula e esperamos que você tenha compreendido nossas lições. Também nos sentiremos gratificados se apreciaram o assunto dado e obtiveram um bom desempenho. Nesta aula teremos a satisfação de passar noções de literatura infanto-juvenil e apresentar argumentos que o convençam da necessidade de se ensinar às crianças e aos adolescentes o valor da literatura para a aprendizagem da leitura e da escrita.

Você já imaginou o ensino de línguas sem o apoio dos paradidáticos? Seria algo estéril, descompromissado, sem utilidade para as transformações sociais; através de práticas de leitura e análise desses textos, abrem-se caminhos para a concepção de uma nova mentalidade, com mudanças de comportamento e resultados positivos.

A leitura destinada a crianças e adolescentes tem suas especificidades. Não deve ser apenas utilitária, mas também precisa “despertar o interesse pela arte literária, em separado, ou seja, oculto àquela beleza gratuita que, nos grandes tempos, define a obra-prima” (MEIRELES, 1984, p. 35).

No entanto, a literatura para crianças não pode deixar de lado seu caráter utilitário-pedagógico, embora Cecília Meireles tenha razão em dar relevância ao caráter estético da obra; os livros ensinam muito e formam o caráter do indivíduo pela conscientização; influenciam o comportamento e favorecem a preservação de valores socioculturais do meio em que se encontram. Veremos como a literatura infanto-juvenil forma o leitor crítico, cidadão, agente de mudanças para uma sociedade mais igualitária e fraterna.

O ENSINO DE LÍNGUA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO

A língua é um veículo que leva o usuário à capacidade de expor suas ideias, comunicar-se, elaborando uma linguagem cujo nível é aprendido em sociedade. Para que haja reflexões sobre o fato de se estar numa classe social, atuando, construindo um pensamento reformado, necessita-se da língua como mediadora. Você já se perguntou se tem sido um sujeito ativo, em sua oralidade? Ao se colocar diante do outro, consegue respeitar a opinião ouvida ou se fazer respeitar, ao emitir sua opinião, quando a questão é polêmica?

“Minha Pátria é minha língua”, já dizia Fernando Pessoa. Através dela revelo-me, traço o meu perfil e até informo o modo de falar da comunidade pelo uso de gírias, chavões, linguagens específicas e outros detalhes que há nos domínios discursivos dos textos orais ou escritos que produzo.

Onde aprendemos a usar a língua? De início, em casa, no seio da família, começamos pela imitação. Depois de certa idade, na escola, o ensino da língua deixa de ser descontraído e passa a ter exigências. Seu conteúdo passa

a ser dado através de regras, no nível culto, padrão, que vai sendo cobrado com mais rigor à medida que o nível de escolaridade do educando cresce.

Como são dadas tais regras? Por que a gramática não deve ser estudada sem o auxílio do texto? O estudo da língua se faz profícuo através da leitura de textos bem selecionados. Qual é o lugar da aprendizagem que deve oferecer condições de indivíduo passar a ser um leitor crítico? Excluindo-se as exceções, só pode ser a escola.

A escola é um espaço adequado para a construção da cidadania pela prática da leitura escrita. As crianças passam boa parte de suas vidas com os professores e estes passam conteúdos diversos diariamente. Após a fase de adaptação à rotina escolar, a partir dos 6/7 anos, o leitor iniciante já tem como aprender, através da língua portuguesa, pela metodologia aplicada ou bibliografia dada, a trabalhar os gêneros textuais e adquirir uma formação moral.

A metodologia para o ensino de língua é a palavra-chave. Em qualquer idade escolar, o método de ensino deve ser reflexivo, em que o aluno participe, interaja e se veja como agente do contexto. Para isso, ele utilizará a língua enquanto oralidade e escrita.

Qualquer assunto de Língua Portuguesa, desde que seja passado de forma crítica e reflexiva, conduz o educando à cidadania. Quanto mais cedo forem aplicados os conceitos, tanto menos difícil será o trabalho de educar a criança ou o adolescente, para tornar-se um adulto consciente de seus direitos e deveres, enfim um cidadão, no exercício da democracia.

O que o ensino da leitura pode fazer para a formação do leitor crítico? Primeiro, a escola precisa oferecer oportunidades, através do trabalho com professores bem preparados. Segundo, os textos são fontes de saber e a qualidade do texto, sua adequação à idade do leitor, são fatores que promovem uma leitura crítica e significativa do mundo à volta.

O ensino crítico passa pela leitura e não há outro caminho. O conteúdo é importante, para que o aluno possa compreender o que leu e fazer seu comentário, o que ocorre a partir dos oito anos, quando já tem despertado seu senso crítico. Por isso, o ensino deve observar a realidade do educando e seu repertório de conhecimento adquirido. Segundo Silva (1886, p. 80) “o leitor crítico, movido por sua intencionalidade, desvela o significativo pretendido pelo autor (emissor), mas não permanece neste nível – ele veria, questiona, problematiza, aprecia com criticidade”. De acordo com os PCNs,

O ensino da Língua Portuguesa pode ser feito sim, de modo a criar oportunidades de o aluno, através de atividades de leitura, não de qualquer tipo de leitura, mas daquela que incentiva o leitor a apreender a mensagem para dela extrair significados. Daí ele se posiciona através da oralidade e da escritura para mediar conflitos e tomar decisões coletivas pelo diálogo (BRASIL, 1998, p. 7).

Conforme Kuenzer (2002, p. 10) “leitura escrita e fala são atividades sociais, entre sujeitos históricos, realizados sob condições concretas”. Para Jesualdo (1993, p. 16), a literatura para crianças “deve possuir valores, elementos ou caracteres que respondam à exigência da psique infantil durante o processo de conhecer e aprender, ajustando-se ao passo de sua evolução mental e, em especial, a determinados poderes intelectuais”.

Histórias que tenham um final triste não devem ser narradas ou pasadas como leitura, principalmente até os 9 anos, mais ou menos. Enfim, a fantasia fornece elementos para o enfrentamento dos problemas na vida real.

Imagine uma turma sem o ensino da literatura! Que oportunidade esses alunos terão de trabalhar o preconceito, de sonhar com um mundo novo, de preparar-se para as durezas da vida? O papel da literatura infantil é vasto, é tudo isso e muito mais. Para Bettelheim (1978),

Não é a simples informação ou o mero entretenimento que o jovem leitor busca na literatura infantil, mas um significado para sua própria existência. Ele analisa o significado das narrativas que tradicionalmente fazem parte do acervo literário infantil, ou seja, os contos de fadas, as fábulas, os mitos, as histórias religiosas e os contos infantis modernos.

No entender de Bettelheim (1978), os contos de fadas são a melhor literatura infantil, pois somente esse tipo de história dá a criança resposta aos seus conflitos interiores. Para ele, a principal qualidade do conto de fadas é colocar o leitor diante de problemas humanos universais e oferecer-lhe, de maneira simbólica, sugestões para resolver esses problemas.

A literatura infantil chega a ser redentora, pois seu mundo mágico penetra as consciências e as deixa mais abertas à fraternidade, ao amor e à justiça, nas relações com os seres da natureza e com os homens.

A LITERATURA INFANTIL NA ESCOLA

A relação entre a literatura infantil e a instituição escolar não é casual, nem recente. Os primeiros textos para crianças foram escritos por professores e pedagogos com finalidade formativa. Até hoje a produção de obras ficcionais para o leitor mirim ou adolescente liga-se mais à função utilitário-pedagógica. Isso não é justo porque, além de atuar como objeto de ensino, a literatura infantil é arte e o seu teor de literariedade varia, a depender da linguagem e do conteúdo da obra.

Quando o escritor dá ênfase aos aspectos ficcionais, à elaboração de um texto criativo, inovador, os alunos, principalmente os adolescentes, não gostam de ser ensinados por meio da literatura. É o caso de serem revistas as práticas pedagógicas, pois do método utilizado depende o nível de aproveitamento dos educandos.

A literatura infantil surgiu como gênero (abro aqui um espaço para retrospectiva histórica desse gênero, lembrando as suas origens e a relação com as instituições que o divulgaram), na Idade Média, com a ascensão da burguesia. A partir do final do sec. XVII, e, a seguir, nos séculos XVIII e XIX, principalmente, tem-se expandido, paralelamente à criação das escolas para famílias burguesas. Antes disso, não havia “infância” e os pequenos eram “adultos” em miniatura. Cabia à família e à escola a tarefa de educar os novos “herdeiros”. A literatura para crianças veio para consolidar a ideologia burguesa e o seu modelo reproduzia os anseios dessa classe.

Passou-se a valorizar a infância e, a partir do início do século XIX, em 1812, os irmãos Grimm publicaram contos de fadas que permanecem atuais. Enquanto procuravam educar, ensinar boas maneiras aos seus filhos através da arte literária, deixavam de observar

O papel da escola na formação do leitor é bem visível, quando se percebe na intenção moralizante o desejo de doutrinar a criança para a obediência às normas vigentes, sem que ela possa questioná-las. Contudo, escola e literatura infantil, após um longo período de reprodução do “status quo”, podem hoje reformar a visão de mundo de crianças e adolescentes por terem na figura do professor um possível aliado. Este deve ser um sujeito ativo, consciente e estar comprometido com a renovação através da arte. A literatura infantil na escola pode revolucionar, tanto os métodos de ensino, quanto o pensamento, a conduta dos alunos e conseqüentemente a sociedade (ZILBERMAN, 1998, p.23).

A autora continua discorrendo sobre o papel da escola na formação do leitor, observando que

a seleção dos textos advém da aplicação de critérios de discriminação. O professor que se vale do livro para a veiculação de regras gramaticais ou normas de obediência e bom comportamento oscilará da obra escrita de acordo com um padrão culto, mas adulto, àquela criação que tem índole edificante. Todavia, é necessário que o valor por excelência a guiar esta seleção se relacione à qualidade estética. Porque a literatura infantil atinge o estatuto de arte literária e se distancia de sua origem comprometida com a pedagogia, quando apresenta textos de valor artístico a seus pequenos leitores. E não é porque estes ainda não alcançaram o status de adultos que merecem uma produção literária menor (ZILBERMAN, 1998, p. 23).

Assim sendo, os critérios que permitem o discernimento entre o bom e o mau texto devem ser, sobretudo, literários, independentemente se a literatura é feita para um público infantil ou adulto. Antigamente não davam a devida importância ao gênero porque o consideravam arte “menor” por-

que feita para crianças. Pensavam no caráter lúdico, no aspecto pedagógico e esqueciam o lado estético da obra. Assim, os textos antigos sofreram adaptações que privilegiavam a sua função pedagógica.

A escola sempre foi um espaço privilegiado para aquisição dos hábitos de leitura, de um lado. Sim, porque ao exigir leituras nas práticas diárias, a instituição escolar toma para si o papel que cabe também à família e esta muitas vezes não o cumpre. De outro, a literatura feita por adultos, para crianças, está impregnada de elementos ideológicos dominadores que revelam o autoritarismo e a manipulação direcionados a um ser passivo, a criança. Até a segunda metade do século XX, a literatura infantil foi instrumento de controle da família e do Estado. A escola tradicional assume papel duplo e contraditório. Forma o indivíduo, protege-o contra as agressões, mas distancia-o do mundo coletivo, do social. Oferece normas de conduta e ensina através de regras, imposições, deslocando-o da vida real, de vivências conflitantes. Enfim, como nada questiona a respeito dos problemas sociais e focaliza o indivíduo e seu sucesso, torna-se preconceituosa, excludente e mantenedora do poder político-econômico, acirrando a luta de classes.

Aparecem contradições nas relações da criança com a sociedade e a escola contribui para isso. A gaúcha Regina Zilberman, hoje, uma das maiores especialistas brasileiras na área da literatura infantil, afirma:

Se a imagem da criança é contraditória, é precisamente porque o adulto e a sociedade nela projetam, ao mesmo tempo, suas aspirações e repulsas. A imagem da criança é, assim, o reflexo do que o adulto e a sociedade pensam de si mesmos. Mas este reflexo não é ilusão; tende, ao contrário, a tornar-se realidade. Com efeito, a representação da criança assim elaborada transforma-se, pouco a pouco, em realidade da criança. Esta dirige certas exigências ao adulto e à sociedade, em função de suas necessidades essenciais. O adulto e a sociedade respondem de certa maneira a essas exigências: valorizam-nas, aceitam-nas, recusam-nas e as condenam. Assim, reenviam à criança uma imagem de si mesma, do que ela é ou do que deve ser. A criança define-se assim, ela própria, com referência ao que o adulto e a sociedade esperam dela. (...) A criança é, assim, o reflexo do que o adulto e a sociedade querem que ela seja e temem que ela se torne, isto é, do que o adulto e a sociedade querem, eles próprios, ser e temem tornar-se.

Os textos para crianças não destoam daqueles que distinguem a qualidade de qualquer outra modalidade de criação literária. Seu aspecto inovador merece destaque, na medida em que é o ponto de partida para a revelação de uma visão original da realidade, atraindo seu beneficiário para o mundo com o qual convivia diariamente, mas que desconhecia. Neste sentido, o índice de renovação de uma obra ficcional está na razão direta

de sua oferta de conhecimento de uma circunstância da qual, de algum modo, o leitor faz parte.

A relação entre a obra e o leitor é mais estreita ou distanciada, a depender do mundo simbolizado no texto e o contexto do seu destinatário. A criança, no caso, o receptor, precisa ter consciência do real e se posicionar criticamente, para não cair na passividade. Há uma coerência enorme, nesse sentido, e o texto preenche muitas lacunas de sua restrita experiência enquanto existência limitada a imposições e falhas.

Encontramos no livro *A literatura infantil na escola* de Regina Zilberman as concepções abaixo sobre o livro e o leitor e a função do professor.

Supondo este processo um intercâmbio cognitivo entre o texto e o leitor, verifica-se que está implicado aí o fenômeno da leitura enquanto tal. Esta não representa a absorção de uma certa mensagem, mas antes uma convivência particular com o mundo criado através do imaginário. A obra de arte literária não se reduz a um determinado conteúdo reificado, mas depende da assimilação individual da realidade que recria. Sem ser compreendida na sua totalidade, ela não é autenticamente lida, do que advêm algumas consequências:

- O professor que se utiliza do livro em sala de aula não pode ser igualmente um redutor, transformando o sentido do texto num número limitado de observações tidas como corretas (procedimento que encontra seu limiar nas fichas de leitura, cujas respostas devem ser uniformizadas, a fim de que possam passar pelo crivo do certo e do errado);

- Ao professor cabe o detonar das múltiplas visões que cada criação literária sugere, enfatizando as variadas interpretações pessoais, porque estas decorrem da compreensão que o leitor alcançou do objeto artístico, em razão de sua percepção singular do universo representado.

Em seu livro *A literatura na escola*, Zilberman continua escrevendo que são os objetivos, formulados para o ensino superior de Letras que justificam a incorporação da literatura infantil ao seu currículo: como ele visa preferencialmente à preparação de docentes para o exercício do magistério nos níveis fundamental e médio, precisa dotar o professor de instrumentos adequados ao cumprimento de sua função didática. Por isso, o professor deve estar apto:

- a) À escolha de obras apropriadas ao leitor infantil;
- b) Ao emprego de recursos metodológicos eficazes, que estimulem à leitura, suscitando a compreensão das obras e a verbalização, pelos alunos, do sentido apreendido (ZILBERMAN, 1998, p.27).

Para contar com a realização destas tarefas, as disciplinas universitárias precisam oferecer ao futuro docente o seguinte instrumental proveniente dos campos, respectivamente, literário e pedagógico:

- a) O conhecimento de um acervo literário representativo;
- b) O domínio de critérios de julgamento estético, que permitam a seleção

de obras de valor;

c) O conhecimento do conjunto literário destinado às crianças, considerando-se sua trajetória histórica (origem e evolução), assim como os autores atuais, nacionais e estrangeiros, mais representativos;

d) A manipulação de técnicas e métodos de ensino que socorram e auxiliem o mestre no processo de incremento e estímulo à leitura. Isto significa, por parte do professor, o reconhecimento de que a leitura é uma atividade decisiva na vida dos alunos, na medida em que, como se viu, permite a eles um discernimento do mundo e um posicionamento perante a realidade. Pela mesma razão, invalidam-se a concepção e o emprego do livro como instrumento de transmissão de normas, sejam linguísticas ou comportamentais, ressaltando-se, em lugar disso, o seu destino inquiridor e cognitivo (ZILBERMAN, 1998, p.27).

CONCLUSÃO

A literatura infanto-juvenil é imprescindível para a formação do leitor crítico e aquisição do domínio da oralidade e escrita. Portanto, o ensino da literatura infanto-juvenil deve ter início a partir do primeiro ano do ensino fundamental, de forma sistematizada, nas escolas da rede pública e particular. Isso levaria o aluno à leitura de muitas obras importantes e à formação do leitor crítico, com uma visão de mundo voltada para a reforma do pensamento, tendo em vista as transformações sociais.



RESUMO

Esta aula procurou mostrar a importância da literatura infantil no ensino da leitura e na formação do leitor crítico. Ressaltou a importância do espaço escolar para a construção da cidadania, ressaltando a urgência em se colocar a Literatura Infanto-Juvenil na escola, como disciplina-chave no processo ensino-aprendizagem da leitura e escrita. Para isso, a figura do professor merece destaque, porque dele depende a escolha adequada das obras e a eficácia do ensino de literatura. Vimos que não se pode ensinar uma língua sem que haja a interdisciplinaridade e o diálogo com a literatura será bem mais proveitoso se houver uma metodologia eficiente.



ATIVIDADES

Após fazer uma leitura cuidadosa da aula dada, responda ao que se pede:

1. Por que ensinar através do texto literário?
2. Qual é a importância da literatura infanto-juvenil para a formação do leitor crítico?
3. Comente 6 funções ou mais, se você quiser, da literatura infanto-juvenil, além da função de formadora do leitor crítico.
4. Por que a literatura infanto-juvenil auxilia o leitor no conhecimento de si e do outro?
5. O que o professor poderia fazer para incrementar novos métodos de ensino da língua e da literatura na escola?
6. Por que o papel da escola é fundamental para o ensino de língua e de literatura?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Para realizar essa atividade, releia a aula dada, sublinhando suas ideias-chave. O texto vai lhe dar as pistas. Em seguida, confira as respostas e troque ideias com outros colegas.



AUTOAVALIAÇÃO

Posso compreender o papel da literatura infanto-juvenil para o ensino de língua? Ficou claro que um bom desempenho linguístico nas duas modalidades depende da habilidade de criticar, a partir da leitura de paradidáticos? Entendi a importância do ensino de literatura infanto-juvenil, a partir dos primeiros anos, para a formação do leitor crítico? Posso sugerir ao MEC a inclusão de mais uma disciplina, no caso, Literatura Infanto-Juvenil, em todo o ensino fundamental, consciente de que é uma grande ideia?

REFERÊNCIAS

- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria, análise e didática. São Paulo: Ática, 2006.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**: história e histórias. São Paulo: Ática, 1988.
- MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. **Literatura infantil**. A fantasia e o domínio do real. Teresina: UFPI, 2001.
- MEIRELES, Cecília. **Problemas de literatura infantil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- PALO, Maria José; OLIVEIRA, Maria Rosa. **Literatura infantil**: voz de criança. São Paulo: Ática, 2003.
- ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 10 ed. São Paulo: Global, 1998.